



Processo de Aposentadoria

Guia completo para servidores da FAPEM Japaratinga

Documentação Necessária para Aposentadoria

A preparação adequada da documentação é fundamental para garantir a análise correta e célere do processo de aposentadoria na FAPEM Japaratinga. Cada documento desempenha um papel específico na validação dos direitos previdenciários do servidor.

01	02	03
Identificação e Cadastro Ofício de encaminhamento, número do processo administrativo na capa, requerimento formal do interessado, cópias de RG ou título de eleitor, CPF, certidão de nascimento ou casamento, e comprovante de residência atualizado.	Declarações Obrigatórias Declaração de não acumulação de cargo público e declaração de que não responde a processo administrativo disciplinar, ambas essenciais para a análise de regularidade funcional.	Histórico Funcional Cópia do ato de admissão (portaria de nomeação ou anotação da CTPS), ficha funcional completa, certidão de tempo de contribuição da Prefeitura e do INSS, além de declaração detalhada do tempo de serviço.
04	05	
Informações Específicas Declaração de tempo no magistério (se professor), relação completa das remunerações de contribuição, laudo de inspeção médica (para aposentadoria por incapacidade), e cópia do último contracheque.	Documentos Finais Ficha financeira do último ano de atividade, certidão de afastamento da função, ato de concessão (portaria), publicação do ato concessivo, cálculo de proventos, parecer jurídico e primeiro contracheque pós-aposentadoria.	

Processo de Pensão por Morte

O processo de pensão por morte requer documentação específica para garantir os direitos dos dependentes do servidor falecido. A FAPEM Japaratinga orienta sobre todos os documentos necessários para instrução adequada do processo.

Documentos do Requerente

- Ofício de encaminhamento e capa do processo
- Requerimento formal do interessado
- Cópias de RG e CPF do requerente
- Certidão de nascimento ou casamento
- Comprovante de residência atualizado
- Certidão de óbito do servidor
- Declaração de não responder a processo administrativo

Documentos do Servidor Falecido

- Cópia do ato de admissão (portaria ou CTPS)
- Ficha funcional completa
- Certidão de tempo de contribuição do RPPS
- Cópias de RG e CPF
- Declaração de tempo de serviço
- Último contracheque e ficha financeira
- Ato concessivo, publicação e cálculo de proventos
- Parecer jurídico e primeiro contracheque da pensão

Qualidade Documental

Documentos Ilegíveis

A qualidade da documentação apresentada é crucial para a análise adequada do processo. Documentos com imagens de baixa qualidade, desfocados ou com informações ilegíveis impedem a conclusão do processo de concessão e resultam em atrasos significativos. É responsabilidade do servidor garantir que todos os documentos sejam digitalizados ou copiados com clareza total, permitindo a leitura de todas as informações contidas.

Documentos Rasurados

A presença de rasuras em documentos oficiais requer atenção especial. Quando houver qualquer tipo de rasura, o segurado deve emitir uma declaração formal esclarecendo a informação rasurada e responsabilizando-se pela veracidade dessa informação. Esta declaração deve ser anexada ao documento rasurado e assinada pelo interessado, garantindo a segurança jurídica do processo junto à FAPEM Japaratinga.

Certidão de Tempo de Contribuição do INSS

Mudanças importantes na legislação previdenciária exigem atenção especial quanto à CTC do INSS.

Alteração Legal Importante

A Medida Provisória 871/2019, convertida na Lei 13.846/2019, alterou o artigo 96 da Lei 8.213/91, encerrando a possibilidade de averbação automática do tempo de contribuição vertido ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS), mesmo quando referente a período laborado no município. Esta mudança impacta significativamente a forma como o tempo de contribuição deve ser comprovado e averbado no RPPS.

Destinação Correta da CTC

É fundamental observar atentamente o campo "órgão instituidor" na Certidão de Tempo de Contribuição emitida pelo INSS. Este campo deve indicar especificamente o RPPS ou o município onde ocorrerá a concessão da aposentadoria. A destinação equivocada da CTC pode resultar em problemas graves na instrução do processo e necessidade de reemissão do documento pela Previdência Social.



Cálculo de Proventos

O cálculo correto dos proventos de aposentadoria envolve diferentes metodologias conforme a situação do servidor e as regras aplicáveis.

1

Última Remuneração vs. Média de Contribuições

A forma de cálculo varia conforme a data de ingresso no serviço público e a regra de transição aplicável ao caso concreto.

2

Proventos Integrais vs. Proporcionais

Depende do cumprimento total ou parcial dos requisitos de tempo de contribuição estabelecidos em lei.

3

Com Paridade vs. Sem Paridade

Define se o aposentado terá direito aos mesmos reajustes concedidos aos servidores ativos ou reajustes diferenciados.

Aplicação da Proporção no Cálculo

Proventos Proporcionais

Nos proventos proporcionais, é essencial aplicar corretamente a proporção conforme estabelecido em lei. O cálculo deve considerar o tempo total exigido em anos (30 anos para mulheres e 35 anos para homens) ou em dias (10.950 dias para mulheres e 12.775 dias para homens). A precisão neste cálculo é fundamental para garantir os direitos do servidor.

Novas Regras da EC 103/2019

Para aposentadorias concedidas sob as novas regras estabelecidas pela Emenda Constitucional 103/2019, aplica-se o percentual de 60% da média das remunerações, acrescido de 2% para cada ano que exceder 20 anos de tempo de contribuição. Este cálculo resulta em proventos que podem variar significativamente conforme o tempo total de contribuição do servidor.



Incorporações e Vantagens

1

Incorporação de Vantagens Temporárias

As incorporações de vantagens temporárias aos proventos de aposentadoria somente podem ocorrer quando houver expressa previsão na legislação municipal específica e desde que tenham sido implementadas antes do advento da Emenda Constitucional 103/2019. Esta emenda vedou tal possibilidade através do novo § 9º do artigo 39 da Constituição Federal, estabelecendo um marco temporal definitivo para este tipo de incorporação.

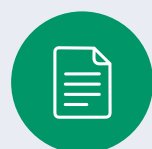
2

Proventos por Média e Adicional por Tempo de Serviço

Quando os proventos são apurados pela média das remunerações de contribuição, deve-se considerar a remuneração completa de contribuição, na qual já estará incluído o adicional por tempo de serviço. Após apurada a média aritmética das contribuições, não há como destacar separadamente nos proventos o valor específico do adicional por tempo de serviço, pois este já compõe a base de cálculo utilizada na média.

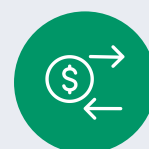
Situações Especiais

A FAPEM Japaratinga orienta sobre situações funcionais que requerem tratamento específico no processo de aposentadoria.



Segurados com Unificação de Matrículas

No momento da aposentadoria, é necessário que as matrículas sejam separadas e tratadas individualmente. Isso ocorre porque o tempo de contribuição correspondente a cada matrícula será distinto, devendo ser considerado separadamente no cálculo dos proventos. A unificação administrativa de matrículas não pode prejudicar os direitos previdenciários construídos em cada vínculo funcional.



Segurados com Transposição de Cargos

Para servidores que tiveram transposição de cargos durante a vida funcional, a aposentadoria deve ocorrer tendo como referência o cargo de admissão original. Esta regra garante a correta aplicação das regras previdenciárias vigentes à época do ingresso do servidor no serviço público municipal, preservando direitos adquiridos e expectativas legítimas.



Aposentar é Vencer

A FAPEN Japaratinga está comprometida em auxiliar servidores em todas as etapas do processo de aposentadoria. A preparação adequada da documentação e o entendimento correto das regras previdenciárias são fundamentais para garantir uma concessão ágil e segura dos benefícios.



FAPEN
FUNDO DE APOSENTADORIA
E PENSÕES DOS SERVIDORES
PÚBLICOS DE JAPARATINGA